

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Extraordinária de Trinta de Julho de Dois Mil e Vinte e Cinco

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito bom dia. Estão presentes sessenta e cinco senhores Deputados, portanto, temos quórum. Uma pequena explicação para este atraso é que a Mesa recebeu comunicações de ausências ontem, que já não vimos, foram enviadas à uma e tal da manhã, e, portanto, estivemos agora aqui a conferir com os líderes quem falta, quem pode estar presente e quem não pode estar presente. É essa a razão do atraso. Peço desculpa. Cumprimentar os senhores Deputados e os senhores Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente e os senhores Vereadores, os técnicos da Autarquia e quem assiste pelos meios de comunicação. Dar conhecimento das substituições. Do grupo municipal Pela Guarda: falta Luísa Santos, substituída por Paula Cristina Barbas dos Santos; falta Lídia Aleixo, substituída por António José da Silva Quinaz. Do grupo municipal do PSD falta: Hugo Fernandes, substituído por Sara Cristina Ramos; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Rodrigues Besteiro, falta Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por Francisco Robalo; falta Helena Isabel Saraiva, substituída por António Pereira de Andrade Pissarra; falta Alina Rosa Coelho Louro, substituída por Maria Manuela Monteiro; falta Ana Rita Ventura Brissos, substituída por Miguel Cação. Do grupo municipal do Partido Socialista: falta Virgílio Edgar Garcia Bento, substituído por Liliana Almeida; falta João António de Lima Vaz, substituído por Gonçalo Marques; falta Maria Manuela Fernandes, substituída por Messias Coelho. Das Juntas de Freguesia: falta o Presidente da União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo, substituído pelo Secretário Luís Miguel Torres Martins; falta a Presidente da Junta de

Freguesia da Faia, Liliana Santos, substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Pires; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha, Edgar Rodrigues, substituído por António Lopes da Costa, Tesoureiro; falta o Presidente da União de Freguesias de Pousade e Albardo, António Marques, substituído por Jorge Escaleira; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, Luís Prata, substituído pela Secretária, Sandra Santos. Falta a senhora Vereadora Maria Adelaide Campos, substituída pelo senhor Vereador António Monteirinho. -----

Uma pequena explicação, muito rápida, de ordem jurídica, para esta Assembleia extraordinária. A lei prevê no artigo 28º da Lei 75/2013, cinco situações em que pode haver Assembleia extraordinária e, uma delas, que foi o caso, é a requerimento do Presidente da Câmara, em cumprimento de deliberação desta. O senhor Presidente da Câmara dizendo que a Câmara havia decidido aprovar o tema de hoje e requerer uma Assembleia extraordinária, o Presidente da Assembleia não tem outro caminho se não convocar a Assembleia, conjugando o nosso Regimento com a lei, entre cinco a, no prazo máximo, dez dias. Foi isso que a Mesa fez. Convocámo-la para o sexto dia, que é hoje. E, portanto, o único ponto da ordem de trabalhos é este que foi enviado aos senhores Deputados.” -----

Ponto Único - Aprovação da Versão Final da 1.ª Alteração do Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava à discussão e, depois, consequentemente, à votação. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja intervir? Se no fim? Deixa falar primeiro. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Numa situação em que temos aqui a discussão de um Plano de Urbanização, normalmente, aquilo que se espera do Município é que faça essa apresentação. Já foram dois Planos aqui apresentados, houve sempre uma apresentação por parte da Câmara, parece-nos que é uma situação demasiado importante para que o senhor Presidente da Câmara ou alguém por ele indicado não façam essa apresentação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Presumo que não. Dava então a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se desejar... Não estou a perceber. Quer intervir? Peço desculpa, pensei que já tinha intervindo. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, uma vez que não fui bem-sucedido nos meus intentos, dizer-vos que esta proposta visa permitir a instalação de mais um supermercado, neste caso do Grupo Lidl, junto à “rotunda da mão”, com base na alteração ao Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz. Isto poderia ter sido dito por alguém, pelo senhor Presidente. O processo está tecnicamente bem instruído, com os pareceres exigidos e não podemos ignorar a dimensão do investimento, mais de 6 milhões de euros e vinte e cinco postos de trabalho diretos. Não é irrelevante e, por isso, votamos favoravelmente, porque há momentos em que o essencial é garantir que a cidade não perde oportunidades concretas. Mas, votar a favor, não é calar preocupações, nem é ignorar o impacto que estas decisões, quando somadas, vão tendo na vida da cidade, sobretudo na vida das pessoas. Este investimento reforça uma tendência cada vez mais evidente: a concentração de quase todas as grandes superfícies comerciais numa única zona da cidade. É uma zona atrativa, com acessos, com visibilidade, com movimento, não negamos. Mas começa a faltar equilíbrio. E esse desequilíbrio tem consequências. Esse supermercado não é novo, substitui um que sai de junto do centro. E o centro da Guarda, que continua a ser o lugar dos serviços públicos, das escolas, dos tribunais, dos centros de saúde, está cada vez mais sem comércio de proximidade. Não por falta de planeamento, nem por falta de população, mas porque não existe homogeneidade no crescimento urbano. Numa zona acumulam-se grandes superfícies, noutra os serviços, noutra a habitação, sem que haja uma estratégia que promova um verdadeiro equilíbrio. E é aqui que falha o Município. Não por falta de planeamento, mas por falta de capacidade de influência. O território vai-se organizando ao sabor da lógica do mercado e a Câmara, em vez de orientar, vai atrás. A Guarda precisa de política urbana, com presença, com capacidade negocial, com direção, porque não se governa uma cidade apenas com regulamentos ou com pareceres positivos, governa-se com escolhas, com visão e com coragem. É função do

Município incentivar outras opções, compensar assimetrias, dar sinais claros que há mais cidade para além da zona onde tudo tende a concentrar-se. Votamos a favor, sim, com sentido de responsabilidade, mas não desistimos de exigir mais ambição e mais liderança para concretizar a visão que está no papel e que tarda em materializar-se na vida concreta da cidade. Estamos aqui para apoiar o que importa, mas também para lembrar que as oportunidades não podem ser aproveitadas à custa do desequilíbrio do território. A cidade precisa de quem sirva por inteiro e para todos. Muito obrigado.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia. Em si, senhor Presidente, cumprimento todas as pessoas que nos ouvem. Um voto de bom dia e boas férias para quem daqui for e para quem está. Um bom dia a todos. Dizer duas coisas muito sintéticas: a primeira é que estamos a assistir a uma Assembleia extraordinária no nosso concelho e, até ao momento, ainda não aconteceu nenhum terremoto, por isso ficamos contentes. A segunda é que estamos todos de acordo, o senhor Deputado Borges também o disse, é um investimento para a cidade, é um ato necessário, temos que estar aqui. Os investimentos que venham, quanto mais depressa melhor. E ficamos todos, penso eu, contentes e o Partido Socialista também. O senhor Deputado Borges diz que o local... normalmente é assim, quer dizer, as pessoas que acreditam no mercado, numa democracia moderna, liberal, deixam às entidades promotoras, às empresas, o local, o tempo e a utilidade. Normalmente, as economias condicionadas dizem que, efetivamente, os investimentos têm que ir para o sítio “X”. Não é a metodologia que nós adotamos. A empresa quer ir para aquele espaço, nós, humildemente, vamos seguir e tentar responder, dentro da lei, às suas necessidades. É essa, mais ou menos, a nossa área, pelo menos a minha, onde nós nos posicionamos. Porque é que as empresas fazem isso? Têm critérios próprios. E, normalmente, sabemos, de há muito tempo, que o investimento e a criação de emprego vêm normalmente das unidades privadas. Sejam bem-vindas para o espaço que quiserem, desde que cumprindo a lei. Que até é o caso, o Partido Socialista concorda com isso, pelo que disse aqui o meu amigo Borges. Há um outro ponto que é: o quando. O quando, é quando as empresas querem. Nós temos que

vir a reboque disso, estamos a fazer uma alteração aos processos de ordenamento da cidade e do território, tem que ser específico, porque alguém não quis que fosse global.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais... Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Messias Matias Coelho, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados e todos os que me ouvem, bom dia a todos. Eu venho aqui falar numa situação que me está a preocupar profundamente. Eu fui confrontado ontem, ao fim do dia, para ver se estava disponível para vir a esta Assembleia, uma Assembleia que é extraordinária, como todos sabem. E, portanto, eu não estou minimamente informado para que efeito foi convocada esta Assembleia. Queria dizer que competia ao senhor Presidente da Câmara fazer a apresentação do que vamos discutir, para que (quem está informado já está, peço desculpa por ser, enfim, massacrado com nova informação ou com a mesma informação), quem não está, tenha o direito de ser informado. O que é que eu vou discutir se ninguém me explicou nada? Eu tive que me informar, hoje de manhã, sobre que é que nós íamos conversar: se era alterar o Plano Diretor Municipal, se era para autorizar a transferência do espaço comercial do Lidl. Ora, se for isso, eu digo... para já, vou dizer que provavelmente será a minha última Assembleia, onde já pertenço há quase quarenta anos. Mas dizer que eu estou a passar por uma situação que me revolta profundamente. Eu não concordo, de maneira nenhuma, que se instale ali mais uma área comercial. Já lá estão seis. Só temos duas ou três no resto da cidade. Existe muito espaço em volta da VICEG para onde este espaço pode ser transferido. E, portanto, todo aquele espaço, o que eu peço aos decisores da Guarda é que preservem esse espaço para equipamentos públicos: desde desportivos, a outra área utilizada. Por exemplo, andamos aflitos, há vários anos, para a construção do pavilhão multiusos não há espaço e agora querem hipotecar aquele espaço que pode ser e deve ser adquirido, se não é na totalidade é parcialmente, pela Câmara. Portanto, eu digo-vos que sou frontalmente contra que se instale mais uma área comercial onde já existem “N” delas. Se fosse uma área nova, até podia concordar. Agora, mais um supermercado onde já estão seis? Estamos a brincar? Mas afinal o que é que nós queremos? Queremos concentrar? Então façam um mega supermercado ali. Convoquem todas as áreas e metam-nas só num

espaço. Se querem realmente transferir, vão para um espaço à volta da VICEG onde não há nada. Agora, eu, mesmo pertencendo ao Grupo do Partido Socialista, como independente, devo manifestar aqui a esta Assembleia e aos guardenses que eu defendo a Guarda, não é o Partido Socialista. E, como tal, se o Partido Socialista aprovou na Câmara esta medida, agora vem dizer que não concorda com ela, eu vou dizer ao Partido Socialista: eu vou votar contra esta decisão. Concordo com a alteração do Plano Diretor, mas não para atividades que nós já cá temos até demais. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (Chega):** “Muito bom dia a todos. Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Na sequência do que foi dito, eu faço já a minha declaração de voto: eu também voto contra, pelos motivos expressos e mais alguns. A minha candidatura vai propor a ampliação do Parque Urbano a montante e esta infraestrutura impacta diretamente com a ampliação desse Parque Urbano, que eu pretendo que seja concretizada essa ampliação. Esse Parque Urbano, a criação de um corredor verde até ao Instituto Politécnico e a terceira fase da VICEG, também impacta na construção da terceira fase da VICEG. Por isso, submeto à consideração de toda a gente, inclusivamente que devíamos adiar esta Assembleia para discutirmos, em pormenor, o que se está a passar e o que é que isto pode impactar negativamente no urbanismo desta cidade. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Presumo que não. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento-o a si, a toda a Mesa, aos senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, às chefias e colaboradores do Município e, naturalmente, à comunicação social aqui presente e a todos aqueles que assistem online a esta Assembleia Municipal. Bom, serei breve, senhor Presidente. Sobre aquilo que é aqui apresentado, aliás, os documentos foram colocados e, naturalmente, agradeço as questões que os senhores Deputados acabaram

de colocar, naturalmente, para que possa haver, claro está, uma boa análise, uma discussão sempre construtiva sobre aquilo que são os investimentos que os privados querem fazer na nossa cidade. Não é o Município que vai lá colocar um cêntimo que seja. Estamos a falar de 3 milhões de euros, correto senhor Deputado Miguel? 6 milhões de euros. Sim, sim. 3 milhões é só a construção. Ainda bem que referiu... Ainda bem, mas era aí que eu queria chegar. É que o senhor, na sua primeira intervenção, fala de uma forma, na segunda emendou a mão. E bem, quer dizer que estudou bem os papéis. E, portanto, como foram colocados à consideração dos senhores Deputados e de todos os grupos parlamentares, é assim mesmo, nós devemos estudar em casa aquilo que nos apresentam. Foi assim que nós aprendemos. Não, o tempo, isso aí o povo não tem culpa do nosso tempo. O nosso tempo, seja de dia, seja de noite, nós temos que nos habituar a trabalhar. E quem está na política sabe que é assim. Infelizmente, é a verdade. Olhe, senhor Deputado, acredite que eu, muitas vezes, não tenho tempo e tenho que o arranjar. Faço das tripas coração. Eu e os senhores Vereadores que me acompanham no Executivo com pelouros. E, por isso, isso nunca poderá ser desculpa para o que quer que seja, salvo que haja algumas outras circunstâncias que nos levem a tal. Bom, mas deixem-me recordar que esse Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz já remonta ao ano de 2004 (talvez, senhor Chefe de Divisão?) mais ano menos ano, aqui com este rigor, digamos assim. Já sofreu posteriormente uma revisão geral no ano de 2017/18, por aí. Já sofreu uma outra alteração retificativa e agora esta alteração que aqui está a ser proposta. E esta alteração foi pedida pelos proprietários do terreno, porque nós, para construirmos o que quer que seja, seja na Guarda, seja no país todo, a lei é a mesma, o ordenamento do território tem que o permitir. Nós não podemos pensar que, de repente, vamos fazer uma coisa ali, além, ou além, se o ordenamento do território não o permitir. Não, isso é manifestamente ilegal. O que estava previsto nesta zona, no Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz já antes aprovado, eram já espaços comerciais mais pequenos e alguma habitação, pouca, mas era aquilo que estava lá previsto. Mas os proprietários agora solicitam, juntamente com a empresa que quer fazer o investimento, a alteração que foi presente à reunião de Câmara, que foi aprovada por unanimidade, que agradeço os senhores Vereadores e que agora é presente aqui também à nossa Assembleia Municipal. Devo recordar que, já na revisão anterior, nós (Câmara e Assembleia), à época, alteraram-se factos muito substanciais

no Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz. É bom recordar. Toda aquela área empresarial da Quinta Nova que está construída, digamos, no acesso ao IP5, no sentido de saída do lado direito, onde está aquela superfície comercial já mais pequena, umas bombas de gasolina, mais um restaurante e mais umas coisas que há por lá, já foi nessa revisão que foi alterado. O que estava lá previsto anteriormente foi alterado para que se permitisse fazer aquela obra que lá está, que foram cerca de 2 milhões de euros de investimento de privados e criaram sessenta postos de trabalho. E, naturalmente, nós devemos salientar quando os privados estão disponíveis para investir do seu bolso, sem um único cêntimo do erário público, como é o caso, para poderem fazer esses investimentos, colocá-los ao serviço da população e a criação da riqueza necessária para a criação e a manutenção desses postos de trabalho. E este investimento, naturalmente, que será mais um espaço para ir ao encontro deste desiderato, deste objetivo. Foi aqui referido a questão de que está tudo concentrado no mesmo local e devia estar espalhado pela cidade. Todos nós, em tese, temos a mesma opinião, mas há uma coisa que nós não podemos fazer: é impor às empresas o que quer que seja, sob pena de estarmos a ser acusados de um qualquer crime. É claro que as empresas fazem os seus estudos de mercado. E em função dos estudos de mercado, eles localizam nas zonas que bem entendem, porque o investimento é deles. O Município da Guarda não coloca lá um cêntimo do que quer que seja. Posso dizer também, senhor Deputado, que vão surgindo alguns pedidos de informação sobre outras zonas da cidade. E mais do que isto não devo dizer. Não sei o que é que isso dará. Vale o que vale aquilo que eu estou a dizer. Mas aguardaremos pelo futuro, que os privados possam ficar imbuídos do espírito de poderem... quando estamos a falar em privados desta índole, estamos a falar em grupos empresariais multinacionais que têm a sua sede num qualquer país da Europa ou do mundo, e, por isso, nós temos que saber respeitar a sua vontade e esperemos que, no futuro, possam surgir, naturalmente, outras localizações. Mas estas localizações já não são de agora. Vamos recuar há vinte ou trinta anos. Onde é que surgiram as primeiras superfícies comerciais, na cidade, de média dimensão? Precisamente na zona baixa da cidade, na zona da estação. Foi lá que surgiram há vinte, trinta anos. Por alguma razão foi, já à época. E, depois, outras se seguiram, porque os privados, nos seus estudos de viabilidade económico financeira, certamente será sempre o local... aquilo que bem referiu, é a visibilidade, é a população, é o terreno ser mais retilíneo e não tão curvilíneo,

digamos assim, não tão montanhoso, e, por isso, é a decisão que eles foram tomando ao longo destes anos. E, por isso, aquilo que vos é pedido, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia é, naturalmente, a aprovação deste ponto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Comunicar ao plenário que a senhora Vereadora Lucília Monteiro teve um impedimento de última hora e, portanto, entende-se a falta justificada. Muito obrigado. Senhor Deputado, deseja fazer uma pergunta? Faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento toda a Mesa, os distintos membros da Câmara Municipal, os senhores Deputados, comunicação social e quem nos acompanha online. Eu tenho uma questão para colocar ao senhor Presidente, porque na exposição dele essa questão passou sem referência e que tem a ver com: qual é a urgência desta deliberação? Ou seja, porque é que foi necessária a convocação de uma Assembleia extraordinária para resolver esse problema? Há algum prazo, enfim, num curto espaço de tempo ou qual é que é o motivo? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Deputado, é muito simples. Foram os investidores que nos pediram a urgência, tendo em conta os contratos que eles têm firmados com esses grupos empresariais e, como nos pediram urgência, quando uma qualquer empresa seja de maior dimensão, seja de menor dimensão, nos pede urgência, nós temos que acolher esse pedido, porque estamos a falar de investimento para a cidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Penso que não há mais nenhuma questão no período... Para? Intervir? Neste momento... Senhora Deputada, voltamos sempre ao mesmo problema. Neste momento, só se for pedir algum esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara. Já teve tempo de intervir como os outros. Então, colocava o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto - Aprovação da Versão Final da 1.ª Alteração do Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e nove votos a favor, dois votos contra e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dada a explicação que o senhor Presidente da Câmara acabou agora de referir, eu colocava também à votação a aprovação da deliberação em minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Muito obrigado. Aprovado por sessenta e nove votos a favor, dois contra e uma abstenção também. Senhores Deputados, estão encerrados os trabalhos. Declaração de voto? Faça favor.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. O Bloco de Esquerda absteve-se e queremos reforçar, tal como já foi feito aqui, que tem havido bastante dificuldade, por parte dos nossos estudantes e também da população sem carro, em aceder a superfícies comerciais. Este estabelecimento é dos poucos que se encontra no centro. Como já foi referido, temos seis estabelecimentos na mesma zona e deixamos assim o centro da cidade e o Mileu vazio de ofertas. Por fim, os privados têm direito a decidir, claro, mas faz parte das funções do Município organizar esse investimento para que responda às necessidades da população. Não é nenhum crime, apesar do que foi dito, e isto é inclusivamente feito pelo Plano Diretor Municipal, que se encontra incrivelmente desatualizado. Sem que interfira na nossa decisão, reforçamos que já vimos negada nesta Assembleia Municipal uma sessão solene que não teria gastos, as gravações das reuniões da Câmara Municipal, no entanto, aqui estamos todas e todos numa Assembleia extraordinária por pressão de um privado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Pedro Nobre, faça favor.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos e a todas. Votei favoravelmente, porque faz parte do meu pensamento, a vários níveis, que o investimento privado é sempre muito importante. No entanto, tenho que fazer aqui algum tipo de salvaguarda que eu acho que também é pertinente. A primeira, quando se lê, no documento que foi enviado para os Deputados, a criação de novos postos de trabalho. Ora, ao que parece, vai ser fechado um supermercado para abrir outro. Eu não sei se estamos a criar mesmo novos postos de trabalho ou se... é uma dúvida que eu tenho e parece-me a mim que é possível fazer a questão. E, como não estou

devidamente esclarecido, estou a fazer a questão, peço desculpa senhor Deputado. Porque se vamos criar cinquenta novos postos de trabalho, mas, ao fim e ao cabo transferimos vinte ou vinte e cinco de um sítio, para cinquenta novos do outro, não sei se é assim grande criação. A segunda questão, se me permitem... se me permitem, a segunda questão é a seguinte: relativamente à localização do investimento, é claro que a empresa decidiu abrir ali um novo espaço...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa, mas isto é uma declaração de voto. Porque é que vota a favor ou vota contra. Não é agora fazer uma intervenção que teria feito no tempo do seu partido.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Pronto, ok. Como estamos habituados, não vale a pena muito questionar a Câmara.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não é. É uma questão de regras. Penso que havia mais uma declaração de voto. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Matias Coelho, Deputado (PS):** “Eu lamento de ter que cá voltar, mas, como, no fundo, vão ser as minhas despedidas, eu queria dizer a razão porque, efetivamente, votei contra. Foram mais ou menos ditas há bocado. Mas, para reforçar essa questão, o meu voto foi contra porque a Guarda está a continuar a cair no seu abismo. Nós estamos a deslocar investimentos que não são investimentos porque eles já existem, não é um investimento novo. Portanto, a explicação que o senhor Presidente não está para aqui a dar é atirar areia para os olhos. Eu, por enquanto, já usei óculos e até já nem uso, portanto, até já vejo bem. Portanto, isto é um investimento que já existe na Guarda, apenas é deslocado. A criação de postos de trabalho já existe, portanto, não é explicação nenhuma. Segundo, o que se verifica é que a Guarda, infelizmente, continua a morrer. Vocês reparem, se alguém dos que aqui estão me disser uma rua ou uma praça onde não exista uma loja ou uma casa comercial que não esteja fechada...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Messias Matias Coelho, Deputado (PS):** “... que me diga. Vou daqui triste, senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço imensa desculpa...” -----

- **Messias Matias Coelho, Deputado (PS):** “Já vou terminar, dê-me só um segundo.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É uma declaração de voto.” -----

- **Messias Matias Coelho, Deputado (PS):** “Efetivamente, eu lamento. Vou-me embora desta casa, desejo a todos boas férias e que a Guarda tenha melhores dias, porque, por este andar, já o funeral está anunciado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Gostava só de esclarecer dois pequenos pormenores. O estabelecimento atual não é para encerrar. Esta alteração esteve, durante o período legal, à discussão pública e não houve nenhuma oposição. Isto não vai a reuniões de Câmara sem estar em discussão pública, não houve nenhuma reclamação. E, portanto, o Executivo deliberou como deliberou. Estão encerrados os trabalhos. Até setembro, se Deus quiser. Boas férias.” -----
